

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
DE AVER-O-MAR
PÓVOA DE VARZIM

Datas da visita: 7, 8 e 11 de Fevereiro de 2008

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Aver-o-Mar realizada pela equipa de avaliação que visitou o Agrupamento entre 7 e 11 de Fevereiro de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização do agrupamento, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas do agrupamento/escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Aver-o-Mar (AEAM), situado no Concelho da Póvoa de Varzim, é constituído por treze estabelecimentos de educação e ensino: Jardim de Infância (JI) de Barros n.º 1, JI de Barros n.º 2, Escola Básica do 1º ciclo (EB1) de Aldeia Nova, EB1 de Refojos, EB1 de Boucinha, EB1 de Fieiro, EB1 de Barros, EB1 de Outeiro, EB1/JI de Agro Velho, EB1/JI de Aldeia, EB1/JI de Teso, EB1/JI de Navais e Escola Básica dos 2º e 3º ciclos (EB 2,3) de Aver-o-Mar, sede do Agrupamento.

A área de influência do Agrupamento estende-se por quatro freguesias, três das quais (Navais, Estela e Aguçadoura) com características marcadamente rurais onde a agricultura é a principal actividade (com alguma indústria em Estela) e outra que confina com a sede do concelho e que acolhe a Escola sede (Aver-o-Mar), de características semi-urbanas, na qual a actividade económica se distribui pela agricultura, pesca, comércio, restauração e alguns serviços.

Tendo como referência os Censos de 1991 e 2001, constata-se que a freguesia de Aver-o-Mar foi aquela que sofreu maior variação em termos de população residente, passando de 5107 para 8943 habitantes, traduzindo-se num aumento de 75.1%. Com o aumento populacional registado nos últimos anos nesta freguesia - para o qual também concorre um número significativo de imigrantes que se encontram em processo de integração - têm vindo a acentuar-se os problemas económicos e sociais, onde se destacam os casos de alcoolismo e de droga.

O Agrupamento, acolhe uma população escolar de 1944 alunos, assim distribuída: 10.4 % a frequentar a educação pré-escolar, 41.8% o 1º ciclo do ensino básico, 47% o 2º e 3º ciclos do ensino básico e 0.8% o curso de educação e formação (CEF). Do total de alunos que frequentam o Agrupamento, 63.2% não têm computador nem Internet em casa, 23.5% têm computador mas não têm Internet, 0.1% não têm computador mas têm Internet e os restantes 13.2% têm computador e Internet em casa. Os serviços de acção social escolar subsidiam 27.2% dos alunos do Agrupamento (22.8% integrados no escalão A e 4.4% no escalão B). Relativamente ao nível de instrução dos pais e mães dos alunos do Agrupamento, para além de ser desconhecida a formação escolar de 22.2% dos pais, constata-se que um número significativo não possui a escolaridade obrigatória (63.23%), distribuindo-se os restantes por habilitações escolares ao nível do 3º ciclo (8.23%), 12º ano (4.89%) e ensino pós-secundário e/ou superior (1.43%). A actividade profissional destes elementos da comunidade educativa distribui-se por um conjunto alargado de profissões, registando-se, contudo, maior incidência nas categorias socioprofissionais de operários, artífices e trabalhadores similares (34.3%), agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (8.2%), pessoal dos serviços e vendedores (8%). Um número significativo de pais e mães dos alunos deste Agrupamento, integram-se na categoria de trabalhadores não qualificados (26.8%).

Para além da oferta formativa correspondente aos cursos integrados nos sistemas regulares do ensino básico, o Agrupamento oferece, ainda, um CEF em Horticultura e Floricultura e, no âmbito do ensino especial, currículos escolares próprios e currículos alternativos.

O parque escolar do 1º e 2º CEB do AEAM é constituído por escolas de tipologias diversas e em condições de conservação e funcionalidade distintas. A par de edifícios de construção relativamente recente, existem outros a necessitar de obras de conservação, designadamente a EB1 de Refojos, cujo edifício se encontra encerrado desde 2005, funcionando as actividades lectivas no mesmo espaço da EB1 de Aldeia Nova, dando origem a que estas unidades educativas funcionem em regime duplo. Relativamente à Escola sede, importa referir que a sua sobrelotação continua a exigir o recurso a um pavilhão pré-fabricado que não oferece as desejadas condições de qualidade. Para além deste espaço, as salas de aula distribuem-se por mais quatro pavilhões que evidenciam alguns sinais de desgaste, resultantes não só dos mais de vinte anos da sua construção mas, também, pelo facto de se situar na orla marítima com consequências na aceleração da degradação dos materiais. Ainda integrado no espaço da EB 2,3, existe uma estufa de suporte a actividades de educação/formação, um campo de jogos e um pavilhão gimnodesportivo cuja manutenção/conservação é assegurada pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim em resultado de um protocolo celebrado com o Agrupamento.

O AEAM dispõe de um corpo docente experiente e estável constituído por 174 profissionais, 72% dos quais com 10 ou mais anos de serviço.

No que concerne ao pessoal não docente, encontram-se ao serviço do Agrupamento 70 elementos, assim distribuídos: 10% na educação pré-escolar, 37.1% no 1º CEB e 52.9% na EB 2,3. Note-se que 37.1% destes elementos têm um vínculo precário ao Agrupamento dado se integrarem na categoria de tarefeiros ou nos programas ocupacionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

No ano lectivo de 2006/07, as taxas de transição dos alunos do AEAM situaram-se, globalmente, abaixo das médias nacionais. A análise destes resultados por ciclos de escolaridade permite constatar que, enquanto no 1º CEB as médias se aproximam da média nacional, no 2º CEB manifestam-se mais baixas. No que concerne ao 3º CEB, à medida que se avança no nível de escolaridade, as taxas de transição/conclusão vão evoluindo, passando de uma situação desfavorável (7º ano) para outra que evidencia tendência inversa (9º ano).

As classificações das provas de aferição dos 4º e 6º anos de escolaridade, com excepção da prova de Língua Portuguesa do 4º ano, situaram-se abaixo das médias nacionais.

No 9º ano de escolaridade, os resultados dos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática (2005/06 e 2006/07) evidenciam igual tendência (inferiores às médias nacionais), exceptuando-se na disciplina de Língua Portuguesa (2006/07) que, para além de evidenciar uma evolução positiva (de 2,6 em 2006 para 3.2 em 2007) igualaram os valores da média nacional (3.2).

O abandono escolar é uma das preocupações do Agrupamento e objecto de respostas tendentes ao seu combate. Contudo, a inexistência de processos de monitorização da taxa de abandono em períodos anteriores a 2006, apenas permite aos responsáveis fazerem uma abordagem assente em percepções (“parece ter diminuído”).

O Agrupamento tem procurado reforçar, no presente ano lectivo, a participação dos alunos, não apenas na vida da Escola sede (assembleias de delegados) mas, também, em actividades promotoras do seu desenvolvimento cívico. Não obstante as baixas expectativas das famílias relativamente à Escola, os órgãos de administração e gestão do Agrupamento atribuem importância ao impacto das aprendizagens escolares nos alunos, nas famílias e na comunidade local.

O conselho executivo tem envidado esforços no sentido da valorização da Escola junto das famílias, porém os resultados de tal esforço ainda não alcançaram o nível desejado.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

Tendo por objectivo assegurar uma política de articulação e sequencialidade, o Regulamento Interno determina a existência formal de uma estrutura de articulação pedagógica e curricular da educação pré-escolar com o 1º CEB e outra de articulação do 1º com o 2º CEB. Com a implementação das referidas estruturas de articulação e o reforço da sequencialidade entre o 2º e o 3º CEB, o Agrupamento procura encontrar as respostas mais adequadas a um problema ainda presente e que se traduz nas elevadas taxas de insucesso escolar que se fazem sentir na transição entre ciclos.

O acompanhamento da prática lectiva em sala de aula é feito por via indirecta através da planificação das diferentes actividades da prática lectiva levadas a efeito nos conselhos de docentes, nos departamentos curriculares e grupos disciplinares. Concorre, também para o processo de acompanhamento da prática lectiva o trabalho desenvolvido nos conselhos de turma onde se procuram estabelecer as estratégias adequadas em função das características dos alunos. No sentido de garantir a confiança na avaliação interna e nos resultados, as estruturas de orientação educativa, para além de procederem à análise da avaliação sumativa periódica, determinaram a aplicação de uma ficha de avaliação de matriz comum em cada ano de escolaridade no final de cada um dos períodos lectivos.

O Departamento dos Serviços Especializados de Apoio Educativo (DSEAE) constituído pelos SPO e pelo Núcleo de Apoio Educativo (NAE) assegura a execução de uma política de diferenciação e apoios em articulação com as restantes estruturas de orientação educativa.

Em resultado das orientações emanadas dos conselhos de turma de final do ano, o Agrupamento, aquando da organização do ano lectivo, planifica as actividades de apoio educativo para que os alunos com dificuldades de aprendizagem – sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática – possam usufruir das mesmas desde o começo do ano escolar.

Não obstante se constatar a existência, ainda que não muito sistemática, de práticas lectivas de natureza experimental, a EB 2,3 não reúne as melhores condições par o ensino experimental das ciências.

Na EB 2,3 a abrangência do currículo e a valorização dos saberes emerge, a par das actividades curriculares disciplinares, através da implementação de projectos/actividades - alguns organizados em clubes e oficinas - que se têm vindo a revelar mobilizadores da participação e envolvimento dos alunos.

3. Organização e gestão escolar

Bom

A concepção e o planeamento das actividades para o presente ano lectivo foram condicionados pelo facto de a vigência do PE ter terminado em 2007 sem que o Agrupamento tivesse criado as condições para uma efectiva revisão completa do mesmo em tempo útil.

Contudo, após as alterações ocorridas nas lideranças dos conselhos executivo e pedagógico, resultantes do processo eleitoral destinado a eleger os novos órgãos de administração e gestão, e tendo por base a reflexão produzida no decurso do processo de revisão do PE, o Agrupamento identificou, desde logo, um conjunto de prioridades, tendo-as adoptado como linhas orientadoras da sua actividade.

Relativamente à gestão de recursos humanos, o Agrupamento privilegia a constituição de equipas educativas que, sempre que possível, assegurem o acompanhamento dos alunos ao longo de um ciclo. O mesmo se passa relativamente ao director de turma (DT).

No que concerne ao pessoal não docente é notório que a estratégia adoptado pelo actual conselho executivo destinada a promover uma maior aproximação a estes elementos da comunidade escolar é potenciadora de satisfação profissional e, conseqüentemente, geradora de uma maior capacidade de resposta de um sector onde o número de elementos é considerado insuficiente.

O Agrupamento, para além das verbas que lhe foram atribuídas via Orçamento Geral do Estado, dispõe de receitas próprias resultantes da locação de espaços (salas de formação/sala TIC) e outras provenientes do refeitório e do bar. Porém, o recurso a diferentes formas de financiamento ainda não se tornou suficiente para colmatar as necessidades sentidas de manutenção e aquisição/substituição de equipamento.

Com o objectivo de melhorar os níveis de participação dos pais e encarregados de educação, o AEAM tem vindo a promover algumas iniciativas tendentes a estabelecer um clima de confiança entre as famílias e o Agrupamento.

Não obstante os responsáveis do AEAM pautarem a sua actividade por princípios de equidade e justiça, tal não significa que consigam ultrapassar todos os constrangimentos existentes de forma a proporcionar a todos os alunos oportunidades educativas iguais. De facto, problemas com a falta de espaços e/ou intervenções de conservação/requalificação da responsabilidade da autarquia, têm inviabilizando, a alguns alunos, a frequência de uma escola a tempo inteiro.

4. Liderança

Bom

O AEAM encontra-se numa fase de efectiva mudança, procurando através de processos mais participados pela comunidade educativa, identificar problemas e, conseqüentemente, implementar os necessários planos de melhoria potenciadores do sucesso educativo dos alunos.

Os responsáveis dos órgãos de topo do Agrupamento denotam conhecer as suas competências e estão motivados em dar continuidade ao processo de mudança das práticas organizacionais iniciadas no presente ano lectivo, mais centradas, agora, na promoção de dinâmicas de participação e envolvimento dos diferentes sectores da comunidade educativa.

O pessoal docente e não docente revela grandes expectativas face “à nova atitude” do conselho executivo e demonstra níveis elevados de satisfação profissional.

Existe abertura à inovação, perceptível pelas iniciativas já levadas a efeito pelo Agrupamento, como por exemplo, a adesão ao Plano Acção da Matemática, o recurso à plataforma Moodle, a existência de quadros interactivos e a instalação da rede wireless. Porém, a via da inovação tecnológica ainda não foi utilizada como meio para a resolução de outros problemas identificados por diferentes elementos da comunidade educativa e que se relacionam com questões de segurança, como o controlo de acesso à Escola e o pagamento de bens em pontos de venda do seu interior.

Para além da adesão a projectos institucionais, o AEAM estabeleceu um conjunto de outras parcerias e protocolos com diferentes entidades/instituições tendo por objectivo comum, mas nem sempre conseguido, mobilizar os alunos para as actividades curriculares e para actividades extracurriculares geradoras de outras aprendizagens.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

Suficiente

A inexistência de uma cultura de auto-avaliação no seio do Agrupamento é notória e reconhecida pelos próprios responsáveis. No entanto constata-se momentos e processos de reflexão interna com incidência, sobretudo, nos resultados escolares referentes aos finais de períodos lectivos e nas actividades inscritas no Plano Anual de Actividades.

Os resultados escolares alcançados e os níveis de participação da comunidade educativa não garantem, desde já, um progresso sustentado do Agrupamento. No entanto, as mudanças em curso resultantes de novas lideranças e novas dinâmicas permitem antever progressos neste domínio. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Agrupamento tem-lhe permitido conhecer as suas debilidades e aponta, nesta fase, para a identificação e implementação de estratégias de melhoria tendentes a promover a qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, o sucesso educativo dos alunos.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

No ano lectivo de 2006/07, as taxas de transição dos alunos do AEAM situaram-se, globalmente, abaixo das médias nacionais. A análise destes resultados por ciclos de escolaridade permite constatar que, enquanto no 1º CEB as médias se aproximam da média nacional, no 2º CEB manifestam-se mais baixas. Relativamente ao 3º CEB, constata-se que, à medida que se avança no nível de escolaridade, as taxas de transição/conclusão vão evoluindo, passando de uma situação não favorável ao Agrupamento (7º ano) para outra que evidencia tendência inversa (9º ano).

No que concerne às provas de aferição de Língua Portuguesa e de Matemática dos 4º e 6º anos de escolaridade (2006/07), as classificações situam-se abaixo das médias nacionais, exceptuando-se a prova de Língua Portuguesa do 4º ano que apresenta resultados ligeiramente superiores à média nacional.

No 9º ano de escolaridade, os resultados dos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática (2005/06 e 2006/07) permitem constatar que os resultados alcançados pelo alunos do Agrupamento se apresentam inferiores às respectivas classificações internas e, ainda, que os resultados dos referidos exames, salvo na disciplina de Língua Portuguesa (2006/07), se situam abaixo das respectivas médias nacionais. Os resultados obtidos no exame de Língua Portuguesa para além de evidenciarem uma evolução positiva (de 2,6 em 2005/06 para 3.2 em 2006/07) igualaram os valores da média nacional (3.2).

Não obstante o abandono escolar ser uma das preocupações do Agrupamento e objecto de respostas tendentes à sua diminuição (implementação de cursos de educação e formação e intervenção articulada do Agrupamento com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens), a ausência da sua monitorização nos períodos anteriores a 2006, apenas permite aos responsáveis fazerem uma abordagem assente em percepções (“parece ter diminuído”) e não uma análise rigorosa da sua evolução.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

A participação das crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB é assegurada através de actividades que se adequam aos respectivos níveis etários. Na EB 2,3 não emergem sinais de uma política consolidada de apelo à participação dos alunos na vida da Escola. Ao contrário do que vinha sendo prática, no presente ano lectivo o conselho executivo, para além de convidar os alunos a participarem em conselhos de turma promoveu duas assembleias com os delegados para que estes se pudessem pronunciar sobre aspectos da vida da Escola, designadamente sobre as aulas de substituição em caso de ausência de professores e sobre o regulamento interno.

O Agrupamento tem procurado reforçar, também no presente ano lectivo, a participação dos alunos em algumas actividades promotoras do desenvolvimento cívico, através da atribuição de tarefas - que possam ir além da habitual organização dos bailes de Carnaval e de finalistas - como por exemplo na decoração e limpeza da Escola. Com o apoio dos professores de Educação Visual e Tecnológica, os alunos pintaram, com resultados muito agradáveis, alguns espaços mais degradados.

1.3 Comportamento e disciplina

Os baixos índices de participação dos alunos não contribuíram para a apropriação de um forte sentido de pertença à Escola por parte dos mesmos. Ao longo dos últimos anos, foram vários os incidentes críticos ocorridos no que se refere a casos de (in)disciplina e dos quais resultou a aplicação de diferentes medidas de natureza disciplinar, desde a simples advertência até à suspensão da frequência escolar. De acordo com dados referentes ao ano lectivo 2006/07, um número significativo de alunos (superior a 90) do 3º CEB receberam ordem de saída da sala de aula por razões de natureza disciplinar. Apostando na melhoria do clima e ambientes educativos, o AEAM procura as respostas mais adequadas através da acção conjunta e articulada dos professores (sobretudo através da indicação dos conteúdos da disciplina de Formação Cívica), directores de turma (DT), serviço de psicologia e orientação (SPO), encarregados de educação e conselho executivo. Para as situações mais graves é pedida a colaboração da Polícia de Segurança Pública (Escola Segura) e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ).

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Embora as expectativas das famílias relativamente à Escola sejam baixas, os órgãos de administração e gestão do Agrupamento atribuem importância ao impacto das aprendizagens escolares nos alunos, nas famílias e na comunidade local. Apostados em não “baixar os braços” perante factores externos adversos que condicionam o (in)sucesso escolar e as taxas de abandono, desenharam e implementaram estratégias remediadoras que passam pela introdução dos currículos alternativos, currículos escolares próprios e pela diversificação da oferta educativa, designadamente com a criação do CEF. Os discentes que não encontram resposta às suas expectativas na oferta educativa/formativa da Escola, são encaminhados, com o apoio especializado dos SPO, para outros Cursos de Educação Formação existentes na rede escolar do concelho.

A EB 2,3 continua, porém, a sentir alguma dificuldade em levar os alunos a valorizar as aprendizagens, a que não são alheias as referidas baixas expectativas das famílias face à escola. Para inverter este cenário, o actual conselho executivo tem feito esforços no sentido de uma aproximação aos pais e encarregados de educação, embora os resultados de tal esforço ainda não tenham alcançado o nível desejado.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

O trabalho desenvolvido pelo AEAM evidencia a atenção que é dada à política de articulação e sequencialidade. Esta articulação é promovida não apenas nas planificações curriculares feitas ao nível dos conselhos de docentes e dos diferentes departamentos e grupos disciplinares, mas também na organização/planificação das actividades contempladas no Plano Anual de Actividades (PAA), no Plano da Acção para a Matemática, no Plano Nacional de Leitura e, ainda, das áreas curriculares não disciplinares. Para assegurar a sequencialidade, o Regulamento Interno (RI) do AEAM, aprovado em Outubro de 2007, determina a existência de uma estrutura de articulação pedagógica e curricular da educação pré-escolar com o 1º CEB a quem compete, entre outras, as funções de promover a sequencialidade entre aqueles ciclos de aprendizagem. O mesmo RI prevê, ainda, uma estrutura de articulação do 1º com o 2º CEB a quem compete assegurar a articulação vertical entre estes níveis de ensino. Com a implementação das referidas estruturas de articulação – e o trabalho que, a este nível, agora se inicia – e com o reforço da garantia de sequencialidade entre o 2º e o 3º CEB, consubstanciado através da supervisão pedagógica por parte das coordenações dos departamentos curriculares, o Agrupamento procura encontrar, agora, através de estruturas formais e vinculativas, as respostas mais adequadas a um problema ainda presente e que se traduz nas elevadas taxas de insucesso escolar que se fazem sentir na transição entre ciclos.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O acompanhamento da prática lectiva em sala de aula é feito por via indirecta através da planificação das diferentes actividades da prática lectiva nos conselhos de docentes, nos departamentos curriculares e grupos disciplinares. Também concorre para o processo de acompanhamento da prática lectiva o trabalho desenvolvido nos conselhos de turma onde, aquando da análise do aproveitamento escolar dos alunos, se procura identificar as estratégias mais adequadas para atender às características específicas dos alunos.

Para garantir a confiança na avaliação interna e nos resultados, o trabalho de supervisão das estruturas de orientação educativa faz-se sentir, não apenas na definição dos critérios de avaliação e na aplicação de uma ficha de avaliação de matriz comum em cada ano de escolaridade no final dos períodos lectivos, mas, também, na análise da avaliação sumativa periódica (finais de período).

No presente ano lectivo, e tendo em conta os resultados do 1º período, as estruturas de orientação educativa definiram metas claras em termos de taxas de sucesso a alcançar, por disciplina/ano de escolaridade.

2.3 Diferenciação e apoios

O Departamento dos Serviços Especializados de Apoio Educativo (DSEAE), que integra os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e o Núcleo de Apoio Educativo (NAE), destina-se a assegurar a execução de uma política de diferenciação e apoios em articulação com as restantes estruturas de orientação educativa. O NAE apresenta-se como estrutura especializada ao serviço dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado (NEE) que, para além de integrar os docentes de Ensino Especial, integra, também, os docentes de Apoio Sócio-Educativo.

O SPO tem assegurado, em colaboração com outros serviços, designadamente com o NAE, não só a identificação de alunos com NEE mas, também, a avaliação e estudo das diferentes situações problemáticas e propor as respostas mais adequadas.

O AEAM, frequentado por sessenta e nove alunos com NEE's e com currículos escolares próprios ou currículos alternativos, integra na sua estrutura uma Unidade de Autistas (UA) - 8 alunos - que conta com a colaboração de técnicos especializados (terapeuta da fala, terapeuta ocupacional e psicóloga).

Em resultado das orientações emanadas dos conselhos de turma de final do ano, o Agrupamento, aquando da organização do ano lectivo, planifica as actividades de apoio educativo para que os alunos com dificuldades de aprendizagem - sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática - possam usufruir das mesmas desde o começo do ano escolar. Num processo de permanente supervisão, sempre que outros alunos com dificuldades de aprendizagem são identificados passam a beneficiar desta modalidade de apoio educativo.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A oferta educativa/formativa do AEAM é pouco diversificada face a um contexto socio-económico e cultural onde se fazem sentir as baixas expectativas dos alunos e das famílias. A criação do CEF de Horticultura e Floricultura tem vindo a confirmar que, através de uma oferta formativa que aponte para os saberes práticos e actividades profissionais, se poderá combater o abandono escolar e garantir a estes alunos uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

No sentido de valorizar outros contextos e formas de aprendizagem, o AEAM, ao nível do 1º CEB, implementou para a totalidade dos alunos actividades de enriquecimento curricular, potenciadoras da aquisição de outras competências e promotoras do sucesso escolar. Na EB 2,3 a abrangência do currículo e a valorização dos saberes emerge, a par das actividades curriculares disciplinares, através da implementação de projectos/actividades - algumas organizadas em clubes e oficinas - que se têm vindo a revelar mobilizadores da participação e envolvimento dos alunos. De entre os clubes e oficinas existentes, refira-se as Oficinas de Artes, Oficina de Expressão, Oficina e Clube de História e o Clube de Protecção Civil. Alguns destes clubes evidenciam dinâmicas geradoras de grande envolvimento e participação dos alunos, como é o caso do Clube de História (responsável pela organização/dinamização do projecto "Feira Medieval - Um dia na corte de D. Dinis").

Embora se constate a existência, ainda que não muito sistemática, de práticas lectivas de natureza experimental, a EB 2,3 não reúne as melhores condições - em termos de laboratórios - destinadas a despertar o gosto pelo ensino experimental das ciências.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

A concepção e o planeamento das actividades para o presente ano lectivo foram condicionados pelo facto de a vigência do PE ter terminado em 2007 sem que o Agrupamento tivesse criado as condições para uma efectiva reestruturação do mesmo em tempo útil. O facto de, em 2007, terem ocorrido eleições para os órgãos de

administração e gestão – das quais resultaram alterações nas lideranças dos conselhos executivo e pedagógico – levou a que os novos responsáveis reiniciassem, no conselho pedagógico, o trabalho de avaliação daquele documento. Para isso, foi constituída uma equipa de trabalho com a incumbência de procurar envolver a comunidade educativa no diagnóstico da actual realidade. Na sequência de uma reflexão participada dos diferentes órgãos do Agrupamento sobre aspectos diagnosticados e do confronto dos mesmos com o PE que vigorou até ao final do ano lectivo anterior, foram identificadas algumas limitações/lacunas que obrigaram o Agrupamento a aprofundar o debate não só em sede do conselho pedagógico, mas também nas diferentes estruturas de gestão pedagógica, designadamente conselhos de docentes, departamentos curriculares e estruturas de coordenação/articulação. Embora não se encontrando concluído o processo de revisão do PE, o Agrupamento, tendo por base a reflexão já produzida e para assegurar com a necessária coerência o planeamento e desenvolvimento da sua actividade, identificou um conjunto de prioridades e transformou-as em linhas orientadoras. Para tal, a Assembleia do AEAM aprovou a matriz (linhas orientadoras) dos novos documentos estruturantes da sua actividade que, quando devidamente concluídos, serão objecto de reapreciação e votação final. No actual momento de mudança, estes documentos – Projecto Educativo, Projecto Curricular do Agrupamento (onde constam as orientações para as áreas transversais de Estudo Acompanhado e Área de Projecto) e Plano Anual de Actividades – procuram dar corpo às prioridades identificadas, entre as quais: (i) *promoção do sucesso educativo*; (ii) *implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)*; (iii) *Promoção do indivíduo como cidadão consciente e activo*; e (iv) *promoção da educação para a cidadania e educação intercultural*.

3.2 Gestão dos recursos humanos

No que concerne ao pessoal docente, o Agrupamento privilegia a constituição de equipas educativas que, sempre que possível, assegurem o acompanhamento dos alunos ao longo de um ciclo. O mesmo se passa relativamente ao director de turma (DT) na sua ligação à turma.

O apoio aos docentes que revelam dificuldades no desempenho das suas funções é objecto de atenção, não só aquando da distribuição de serviço, mas também na identificação de necessidades de formação.

A assiduidade dos professores, que se pautou no ano lectivo anterior em 98,3%, tem vindo a melhorar.

Relativamente ao pessoal não docente é notório que a estratégia adoptada pelo actual conselho executivo para promover uma maior aproximação a estes elementos da comunidade escolar – inquéritos e reuniões a que importa dar continuidade – é potenciadora de satisfação profissional e, conseqüentemente, geradora de uma maior capacidade de resposta de um sector onde o número de elementos é considerado insuficiente.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

As opções orçamentais do AEAM resultam da auscultação, por parte do conselho executivo, das diferentes unidades educativas e dos departamentos curriculares. Após trabalhadas em sede do conselho administrativo, as referidas opções são formalmente apresentadas em assembleia de escola para aprovação. Ao orçamento atribuído pela tutela, acresce os contributos da autarquia e das juntas de freguesia nos apoios previstos para a educação pré-escolar e 1º CEB. Em termos de recursos financeiros, o Agrupamento recorre, ainda, a receitas próprias resultantes da locação de espaços (salas de formação/sala TIC) e outras provenientes do refeitório e do bar. Para obviar às limitações financeiras do seu orçamento, alguns dos recursos materiais existentes resultam de ofertas em consequência da cedência pontual de espaços da EB 2,3 a entidades locais e, também, da apresentação de candidaturas a projectos financiados. O recurso a todas estas formas de financiamento ainda não é suficiente para as necessidades sentidas em termos de manutenção/substituição de equipamento dado os constrangimentos resultantes da proximidade ao mar e que resultam numa maior aceleração no desgaste de algumas estruturas dos edifícios da Escola sede, onde se integram – com elevados níveis de degradação – pavilhões pré-fabricados. Apesar deste quadro, o Agrupamento tem feito um enorme esforço de recuperação, envolvendo os professores (sobretudo de Educação Visual) e alunos na pintura de paredes com elementos estéticos de resultados muito agradáveis.

Embora o pavilhão gimnodesportivo seja propriedade do Ministério da Educação, a sua locação a terceiros não se traduz em fonte de financiamento do Agrupamento dado que, em resultado de protocolo celebrado, é cedido à autarquia a partir da 19.45 horas. Em contrapartida, a sua manutenção – onde se incluem todos os encargos – é assegurada pelo município da Póvoa de Varzim.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Pese embora a participação formal dos pais e outros elementos da comunidade educativa nos órgãos de governo do Agrupamento, constata-se que no quadro de um contexto externo desfavorável – escolarização, nível socio-económico e cultural e expectativas relativamente à Escola – a participação dos encarregados de educação nas actividades do Agrupamento e no acompanhamento dos seus educandos é baixa. Porém, refira-se que esta situação é mais notória na EB 2,3 do que nos JI's e EB1's uma vez que o envolvimento dos pais e encarregados de educação vai diminuindo à medida que os níveis de escolaridade dos seus educandos vão aumentando. Com o objectivo de melhorar os níveis de participação dos pais e encarregados de educação, o AEAM tem vindo a promover algumas iniciativas tendentes a estabelecer um clima de confiança entre as famílias e o Agrupamento. Para isso, nos anos lectivos de 2005/06 e 2006/07 foi desenvolvido na educação pré-escolar o projecto “Brincar com as Palavras” que envolveu as crianças e respectivas famílias. Tal iniciativa culminou com a edição de uma publicação patrocinada pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e pela sua apresentação à comunidade num evento realizado na Escola sede do Agrupamento e amplamente participado pelas famílias dos alunos envolvidos. Ainda com o objectivo de promover a participação destes elementos da comunidade educativa, o actual conselho executivo iniciou - desde logo, nas reuniões de recepção de início do ano lectivo - processos de auscultação sobre aspectos da vida do Agrupamento através do preenchimento de inquéritos para recolha de dados respeitantes ao Projecto Educativo, aos hábitos de leitura e às actividades de enriquecimento. É notória por parte dos responsáveis do Agrupamento, em especial do actual presidente do conselho executivo, a vontade de mudar a cultura organizacional, no sentido de uma efectiva cultura de participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa.

3.5 Equidade e justiça

Os responsáveis do AEAM pautam a sua actividade por princípios de equidade e justiça. Tal não significa que consigam ultrapassar todos os constrangimentos existentes de forma a proporcionar a todos os alunos oportunidades educativas iguais. De facto, perante o problema falta de espaços (EB1 de Aldeia e EB1 de Agro Velho) e de intervenções de manutenção adiadas da responsabilidade da autarquia (EB1 de Refojos encerrada e a funcionar nas mesmas instalações da EB1 de Aldeia Nova), existem turmas do 1º CEB que funcionam em regime de desdobramento inviabilizando, a alguns alunos, a frequência de uma escola a tempo inteiro.

No que concerne aos aspectos organizativos da responsabilidade do Agrupamento, constata-se uma política activa de inclusão sócio-escolar coordenada pelo Departamento dos Serviços Especializados de Apoio Educativo.

Os critérios existentes para a constituição de turmas e para o acesso a experiências educativas que se processam ao nível de projectos/actividades/clubes são uma garantia de igualdade de oportunidades para todos os alunos.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Em consequência das alterações ocorridas na liderança dos conselhos executivo e pedagógico, o AEAM encontra-se numa fase de efectiva mudança, procurando através de processos mais participados pela comunidade educativa, identificar problemas e, conseqüentemente, implementar os necessários planos de melhoria potenciadores do sucesso educativo dos alunos.

O facto de este trabalho não se encontrar concluído não significa que o Agrupamento, impulsionado pela nova liderança, não apresente, desde já, uma visão e uma estratégia. Com efeito, as linhas orientadoras gerais do PE, aprovadas pela assembleia do Agrupamento, definem, entre outras, como prioridades, a promoção do sucesso educativo e a promoção da educação para a cidadania e educação intercultural apostando, para isso, (i) na implementação das TIC, (ii) no desenvolvimento do trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, e (iii) na optimização dos recursos humanos e materiais.

4.2 Motivação e empenho

Os responsáveis dos órgãos de topo do Agrupamento denotam conhecer as suas competências e estão motivados em dar continuidade ao processo de mudança das práticas organizacionais iniciadas no presente ano lectivo, mais centradas, agora, na participação e no envolvimento dos diferentes sectores da comunidade educativa. As estruturas de orientação educativa são incentivadas a melhorar a qualidade do serviço educativo do AEAM. No entanto, ainda não emerge como evidência clara o envolvimento activo de todas as estruturas de orientação educativa na definição de planos de melhoria dos diferentes domínios do Agrupamento que apontem para os níveis de mudança esperados.

O pessoal docente e não docente revela grandes expectativas face “à nova atitude” do conselho executivo e denota níveis elevados de satisfação profissional e de motivação de forma a exercer as suas funções no quadro das novas linhas orientadoras do PE do Agrupamento.

Os incidentes críticos, designadamente os que se prendem com o comportamento e (in)disciplina dos alunos, têm vindo a diminuir, dado que são monitorizados e devidamente tratados no quadro de uma política de diálogo entre os actores educativos.

4.3 Abertura à inovação

Existe abertura à inovação, perceptível pelas iniciativas já levadas a efeito, entre as quais, a adesão ao Plano de Acção da Matemática, a integração da Biblioteca da EB 2,3 na Rede de Bibliotecas Escolares, o recurso à plataforma Moodle e existência de quadros interactivos em três salas de aula e a instalação da rede wireless (apenas disponível num pavilhão).

A via da inovação tecnológica - cartões electrónicos de alunos - ainda não foi utilizada como recurso para a resolução de outros problemas identificados por diferentes elementos da comunidade educativa e que se relacionam com questões de segurança, como o controlo de acesso à Escola e o pagamento de bens em pontos de venda do seu interior (refeitório, papelaria e bar).

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Para além das relações de parceria com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia da sua área de influência, Centro de Saúde, Bombeiros, Tribunal e, ainda, da adesão a projectos institucionais (CRIE - Computadores, Redes e Internet na Escola, Rede Nacional de Bibliotecas escolares, Plano de Acção da Matemática, Plano Nacional de Leitura, Programa de Desporto Escolar, Saúde Escolar e outros), o AEAM estabeleceu um conjunto de outras parcerias e protocolos com diferentes entidades/instituições, designadamente com a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto (Agenda 21Escolar), Universidade de Coimbra (no âmbito do Clube da Floresta), Museu Municipal, Clube de Tiro de S. Pedro de Rates, Federação Portuguesa de Tiro. Estas parcerias, protocolos e projectos têm como objectivo mobilizar os alunos nas actividades curriculares e em actividades extracurriculares geradoras de outras aprendizagens.

A participação em projectos/actividades no âmbito do Desporto Escolar regista grande envolvimento dos alunos da Escola sede (por vezes a Escola é responsável pela coordenação concelhia de algumas actividades do Desporto Escolar). Ainda no âmbito do Desporto Escolar, a EB 2,3 tem vindo a trabalhar no sentido de reunir as melhores condições para a prática de BTT (bicicletas-todo-o-terreno).

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

A inexistência de uma cultura de auto-avaliação no seio do Agrupamento é notória e reconhecida pelos próprios responsáveis. No entanto constata-se momentos e processos de reflexão interna com incidência, sobretudo, nos resultados escolares referentes aos finais de períodos lectivos e nas actividades inscritas no Plano Anual de Actividades. Os referidos processos de auto-avaliação, cujo objectivo consiste na análise dos resultados alcançados e a eventual definição de planos de melhoria das aprendizagens, envolvem o conselho pedagógico, os conselhos de docentes, os departamentos curriculares e outras estruturas de orientação educativa. Porém, o Agrupamento não tem a tradição de recorrer a um processo completo, sistemático e regular de avaliação das

diferentes áreas-chave do seu desempenho. Apenas no presente ano lectivo, o conselho executivo instituiu uma equipa que, para além de ter sido responsabilizada pela preparação de documentos destinados à avaliação externa, iniciou o processo de auscultação dos diversos sectores da comunidade educativa no processo de avaliação interna.

5.2 Sustentabilidade do progresso

Os resultados escolares alcançados e os níveis de participação da comunidade educativa não garantem, desde já, um progresso sustentado do Agrupamento. No entanto, as mudanças em curso resultantes de novas lideranças e novas dinâmicas permitem antever progressos neste domínio. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Agrupamento - revisão dos documentos estruturantes da sua actividade e preparação da avaliação externa - tem-lhe permitido identificar as suas debilidades e aponta, nesta fase, para a identificação e implementação de estratégias de melhoria do serviço prestado e, conseqüentemente, do sucesso educativo dos alunos.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos do Agrupamento (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A determinação e o empenho das lideranças de topo na mudança da cultura organizacional tendente à participação dos diferentes sectores da comunidade educativa;
- As elevadas expectativas de melhoria do Agrupamento evidenciadas por diferentes sectores da comunidade educativa face a iniciativas da nova liderança dos conselhos executivo e pedagógico;
- As medidas de inclusão escolar e de combate ao insucesso/abandono escolar consubstanciadas na implementação de currículos alternativos, percursos escolares próprios e do curso de educação formação;
- As iniciativas promotoras de articulação vertical como forma de garantir a sequencialidade entre ciclos de aprendizagem.

Pontos fracos

- A inexistência de uma cultura de avaliação interna no Agrupamento que tem vindo a inviabilizar a implementação, de forma sustentada, de acções de melhoria global do seu desempenho;
- A menor capacidade de resposta de algumas estruturas de orientação educativa face às novas dinâmicas do Agrupamento decorrentes da nova liderança dos conselhos executivo e pedagógico;
- A insuficiência dos resultados académicos nas provas de aferição, sobretudo no 2.º ciclo, e exames nacionais do 9.º ano, e das taxas de transição, inferiores às médias nacionais;
- A insuficiente supervisão da prática lectiva em sala de aula;
- O baixo índice de participação dos pais e encarregados de educação nas actividades do Agrupamento e no acompanhamento dos seus educandos (sobretudo na Escola sede).

Oportunidades

- O Turismo, enquanto uma das actividades predominantes no concelho, pode potenciar a diversificação da oferta formativa no âmbito dos cursos de educação e formação;
- A existência, no contexto do Agrupamento, de agremiações de cultura e recreio com vontade de colaborar mais activamente com a escola.

Constrangimentos

- A sobrelotação da Escola sede, o mau estado de conservação do edifício e dos pavilhões pré-fabricados aí instalados e a não requalificação das EB1 de Aldeia e Agro Velho condicionam a qualidade do serviço prestado pelo Agrupamento;
- O contexto em que o Agrupamento se situa — desfavorecido económica e socialmente — reflecte-se no menor acompanhamento educativo dos alunos por parte das respectivas famílias.